



Relatório de Atividades 2015



Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



Relatório de Atividades 2015



Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina

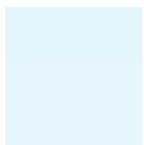
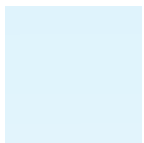
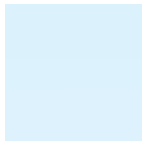
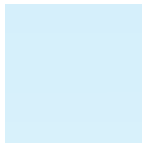
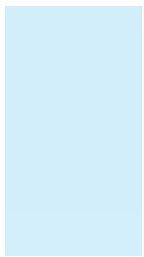


Relatório de Atividades 2015



Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



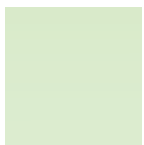
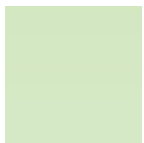
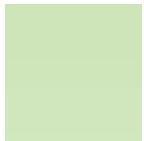
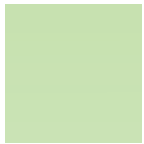
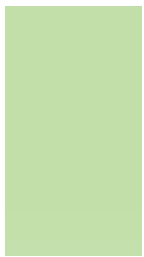
SUMÁRIO



SUMÁRIO



1. Introdução	5
2. Estrutura organizacional	9
2.1 Missão	9
2.2 Visão	9
2.3 Finalidades	9
2.4 Competência	9
2.5 Equipe	11
3. Diretoria Colegiada	13
3.1 Presidência	13
3.1.1 Ouvidoria	13
3.2 Diretoria Técnica	15
Competências	15
3.2.1 Visitas técnicas	15
3.2.2 Planilha com todas as fiscalizações em 2015	15
3.2.3 Tipos de fiscalizações	18
Inicial	19
Acompanhamento	27
Emergencial	32
Advertências e multas (Auto de Infração)	46
Aterros Sanitários	47
3.2.4 Plano de emergência 2015/2016	58
3.2.5 Telemetria	58
3.2.6 Projeto Produtor de Água	60
3.2.7 Revisão tarifária	64
Metodologia de revisão tarifária às concessionárias reguladas pela ARES	64
3.2.8 Equipe Técnica	66
3.3 Diretoria de Relações Institucionais	67
3.3.1 Organograma	67
3.3.2 Mapa e Relação dos Municípios Conveniados	68
3.4 Diretoria Administrativa e Financeira	70
3.4.1 Disponibilidade de caixa	71
3.4.2 Demonstrações contábeis	72
3.4.3 Balanço orçamentário	73
4. Considerações finais	77



INTRODUÇÃO





1. INTRODUÇÃO

A Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc é uma autarquia de regime especial, criada com o advento da Lei Ordinária nº 16.673, de 11 de agosto de 2015. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS, possui personalidade de direito público e seu regime jurídico caracteriza-se pela independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, mandato fixo e estabilidade de seus diretores.

Em cumprimento ao seu papel perante a sociedade e à necessidade da transparência no âmbito do setor público do Estado de Santa Catarina, a Aresc apresenta neste relatório todas as atividades que foram desenvolvidas pelos segmentos regulador e fiscalizador da Agência no ano de 2015.

Criação da Aresc:

A Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, tem por objeto a extinção de duas agências reguladoras estaduais existentes no Estado de Santa Catarina (Agesc e Agesan), com o objetivo de estruturar, em uma única agência fortalecida e independente, as atividades de fiscalização e orientação da prestação dos serviços públicos concedidos dentro do Estado, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação.

No âmbito de sua atuação, compete à Aresc supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa aos serviços públicos concedidos; fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional; expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, com vistas ao estabelecimento de padrões de qualidade para prestação dos serviços; otimização dos custos; segurança das instalações; e atendimento aos usuários.

Essas atividades são realizadas quando o serviço público for prestado por:

- entidade da administração indireta estadual, em razão de permissão, contrato de programa, contrato de concessão ou convênio celebrado com a União ou municípios;
- município ou consórcio público de municípios, direta ou indiretamente, mediante convênio ou contrato com entidade pública ou privada não integrante da administração pública estadual;
- entidade de qualquer natureza que preste serviços em município situado em região metropolitana, aglomeração urbana ou em região onde a ação comum entre o estado e os municípios se fizer necessária;
- consórcio público integrado pelo estado e por municípios;
- de forma supletiva, nos municípios em que opere empresa da administração indireta estadual, nos quais não exista entidade reguladora ou que ainda tenham celebrado convênio com a Aresc, objetivando a defesa da saúde pública e do interesse dos usuários dos serviços públicos prestados;
- pelo Estado ou por entidade de sua administração indireta, em razão de convênio celebrado entre o Estado e o município.



Caberá à Aresc a atuação nos seguintes serviços públicos:

- saneamento básico;
- recursos hídricos;
- recursos minerais;
- exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado;
- geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; e,
- outros serviços delegados pela União, pelos estados e municípios.

A Aresc tem a missão de fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos concedidos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, visando manter a harmonia das relações entre o poder concedente, os prestadores de serviço e os usuários.

Ter a Aresc como agência reguladora responsável no seu município é garantir qualidade, eficiência e segurança nos serviços prestados à população e previstos em lei.

Diretoria Colegiada

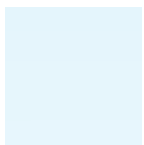
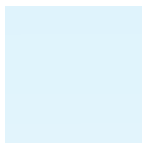
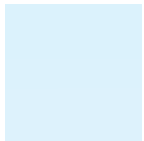
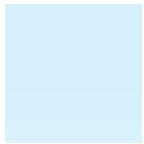
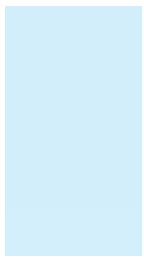


Relatório de Atividades 2015

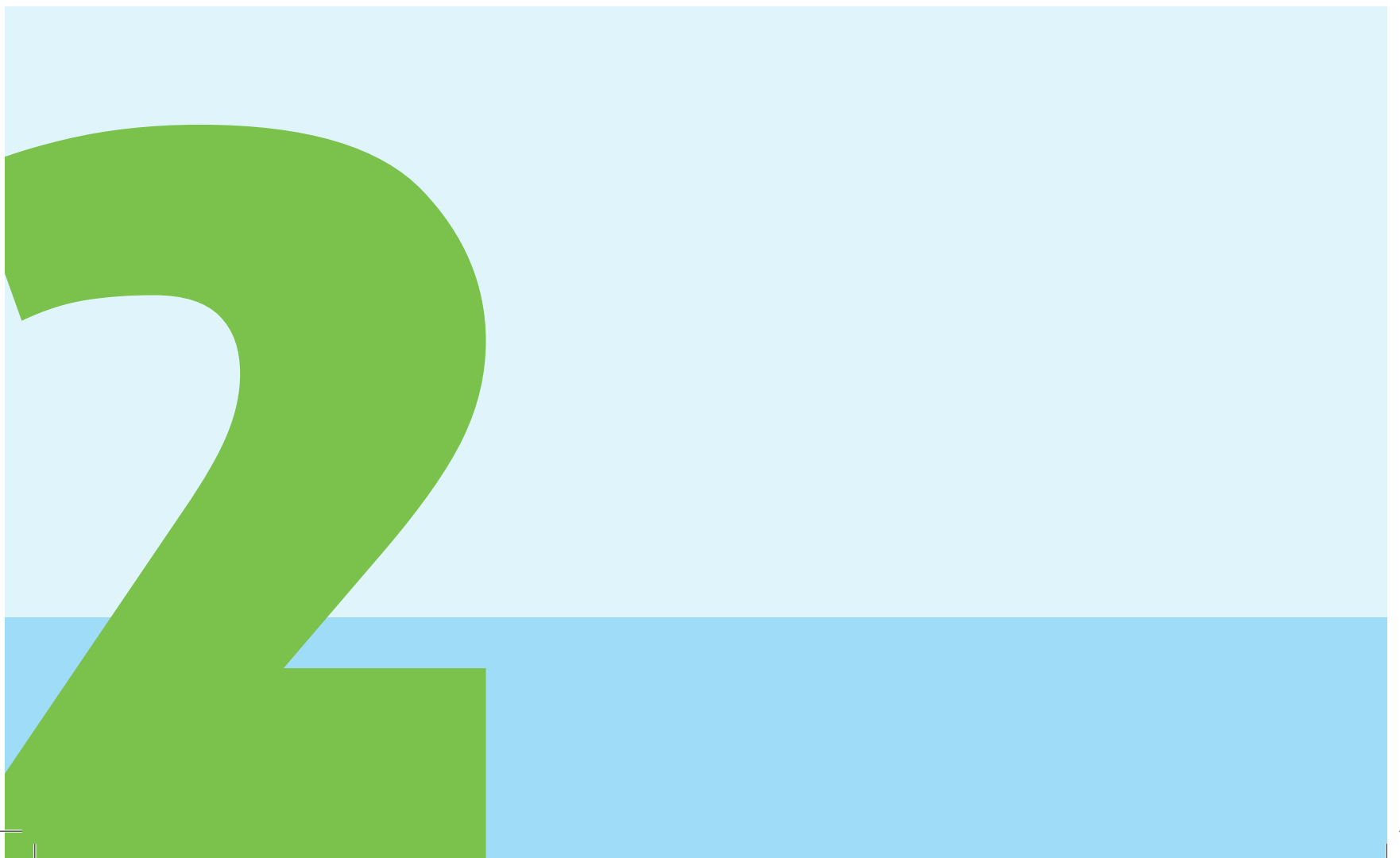


Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Missão

Assegurar a adequada prestação dos serviços de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais e saneamento básico no estado de Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos setores e garantindo o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e Poder Público.

2.2 Visão

Ser reconhecida pela excelência de sua atuação nos setores regulados pela qualidade dos seus produtos de regulação e fiscalização, competência de seus recursos humanos e transparência de suas ações.

2.3 Finalidades

- Regular, controlar e fiscalizar, com poder de polícia, os serviços públicos de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais e saneamento básico no estado de Santa Catarina.
- Disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das políticas de saneamento básico.
- Garantir a qualidade dos serviços públicos.
- Buscar canais para relacionamento com usuários, consumidores e prestadoras de serviço para o atendimento de suas necessidades.
- Estimular a participação do cidadão no processo decisório.

2.4 Competência

- Supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica, relativa aos serviços públicos concedidos.
- Fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional.
- Expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, com vistas ao estabelecimento de padrões de qualidade para: prestação dos serviços, otimização dos custos, segurança das instalações e atendimento aos usuários.
- Estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas, o equilíbrio econômico-financeiro e a qualidade da prestação dos serviços.
- Analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços.
- Participar da elaboração e supervisionar a implementação da política estadual de saneamento básico e do plano estadual de saneamento básico.
- Promover estudos com vistas ao incremento da qualidade e da eficiência dos serviços prestados e do atendimento a consultas dos usuários, dos prestadores de serviços e dos entes delegatários.

- Aplicar sanções e penalidades ao prestador de serviços quando, sem motivo justificado, houver descumprimento de suas diretrizes técnicas e econômicas.
- Celebrar convênios e contratos com órgãos e entidades internacionais, federais, estaduais, distritais e municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, no âmbito de sua área de atuação.
- Manter serviço gratuito de atendimento telefônico para recebimento de reclamações dos usuários, sem prejuízo do estabelecimento de outros mecanismos em regulamento.
- Elaborar e aprovar seu regimento interno, o qual estabelecerá procedimentos para a realização de audiências e consultas públicas para o atendimento às reclamações de usuários e para a edição de seus regulamentos e demais decisões.
- Administrar seu quadro de pessoal, seu patrimônio material e seus recursos financeiros.
- Supervisionar, controlar e avaliar a aplicação de investimentos realizados pelos prestadores de serviços públicos concedidos com recursos oriundos do orçamento geral da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de empreendedores privados, de fundos especiais e de beneficiários diretos.



2.5 Equipe

Presidência

Reno Luiz Caramori

Procuradoria Jurídica

Dr. Marco Antônio Koerich de Azambuja

Ouvidoria

Murilo P. de Oliveira

Assessoria de Comunicação

Flávia Farias Grechi

Controle Interno

Gilberto Cavedon

Diretoria de Relações Institucionais

Ari João Martendal

Gerência de Contratos

Fernando Teixeira

Gerência de Controle Social

Luciane Herkenhoff

Diretoria Técnica

Sérgio José Grando

Gerência de Regulação

Eng.º Silvio César dos Santos Rosa

Gerência de Fiscalização

Eng.ª Luiza Kaschny Borges

Diretoria Administrativa e Financeira

Içuriti Pereira da Silva

Gerência de Tecnologia da

Informação e Governança Eletrônica

Danilo Guimarães Almeida

Gerência Administrativa e Financeira

André Conceição Costa

Gerência de Gestão de Pessoas

José Pereira Demétrio

Gerência de Apoio Operacional

Carlos Alberto da Silva

Conselho Consultivo

Reno Luiz Caramori (Presidente)

Domingos Savil Zancanaro

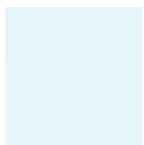
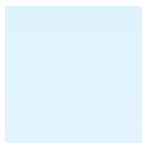
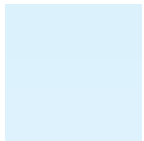
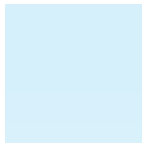
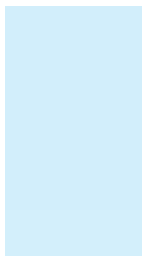
Elizabeth Luiza Fernandes Baesso

Luiz Antônio Garcia Correa

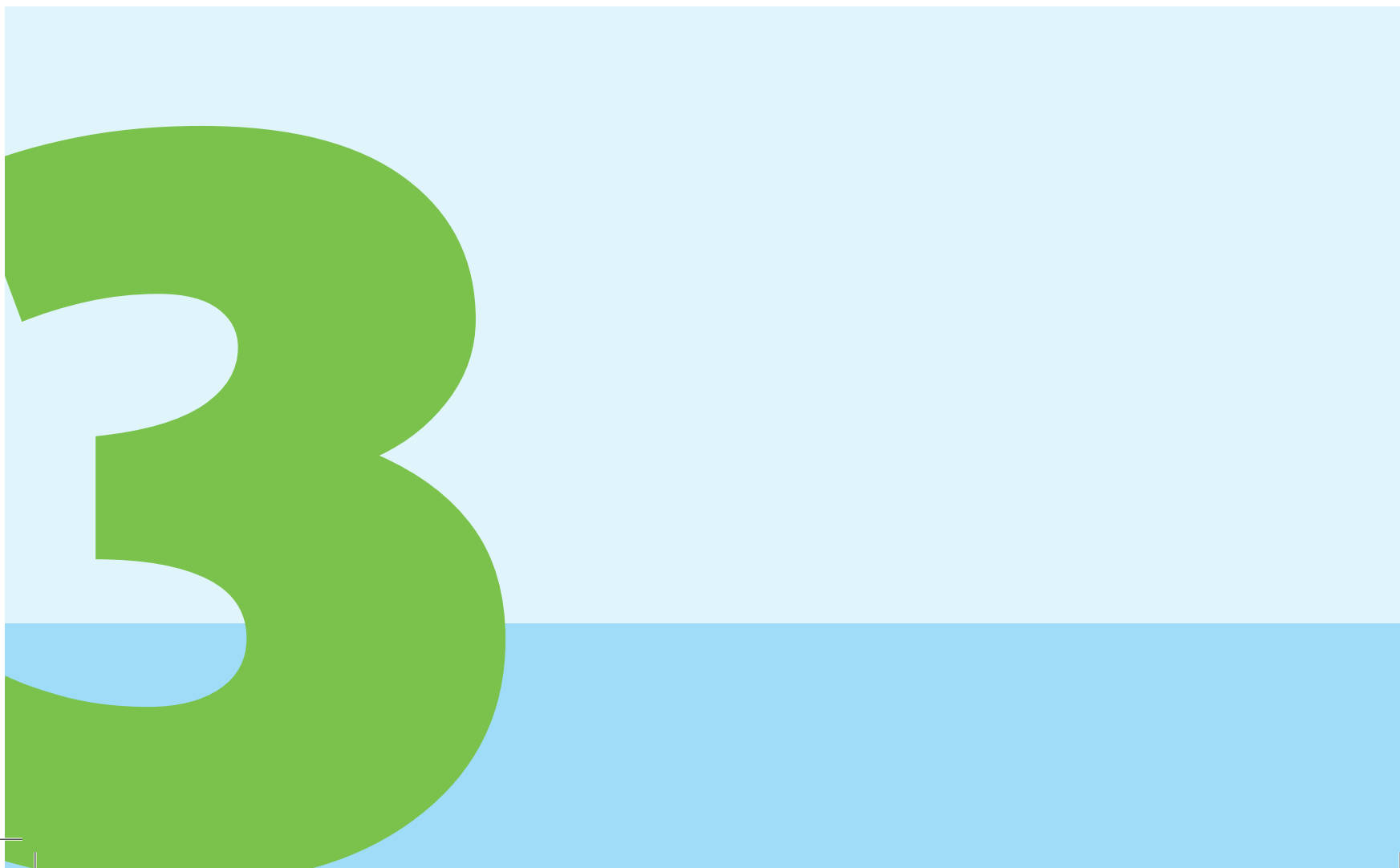
Priscila Cardoso Vieira

Roberval Rogério Wan-Dall

Evandro Souza de Almeida



DIRETORIA COLEGIADA



3. DIRETORIA COLEGIADA

3.1 Presidência

Cabe ao presidente representar a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc, bem como firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais, além de coordenar competências administrativas, entre outras funções.

3.1.1 Ouvidoria

A ouvidoria é um canal responsável por receber, encaminhar e solucionar manifestações dos agentes envolvidos na prestação e utilização dos serviços públicos fiscalizados pela Aresc, principalmente dos usuários, visando ao aperfeiçoamento institucional e à qualidade dos serviços prestados.

Procedência do atendimento:

1º) detectado o problema, em primeiro lugar acionar a reclamação junto à concessionária, gerando um número de protocolo;

2º) caso a concessionária não venha a cumprir o prazo de atendimento do problema, acionar a Aresc, com o número de protocolo por parte da concessionária em mãos, para que seja feito o preenchimento do formulário, e, depois, ser enviado à concessionária;

3º) o prazo que a concessionária possui para resolver as ocorrências é de acordo com os prazos e condições estabelecidos na tabela de serviços aprovada pela Aresc;

4º) caso a concessionária não tome as devidas providências, a agência de regulação tomará as medidas necessárias através de notificação.

ATENDIMENTO – 2015		
Mês	Quantidade	%
Janeiro	38	21,35
Fevereiro	15	8,43
Março	26	14,61
Abril	22	12,36
Maio	9	5,06
Junho	17	9,55
Julho	24	13,48
Agosto	8	4,49
Setembro	3	1,69
Outubro	1	0,56
Novembro	5	2,81
Dezembro	10	5,62
Total Geral	178	100

NATUREZA DO ATENDIMENTO • 2015																		
MÊS	DENÚNCIA	%	DISQUE 100	%	ELOGIO	%	PEDIDO DE INFORMAÇÃO	%	RECLAMAÇÃO	%	SOLICITAÇÃO	%	SOLICITAÇÃO DOCUMENTAL LAI - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	%	SUGESTÃO	%	TOTAL	%
Janeiro	13	37,14	0	0%	0	0%	0	0%	21	15,91	4	36,36	0	0%	0	0%	38	21,35
Fevereiro	3	8,57	0	0%	0	0%	0	0%	12	9,09	0	0,00	0	0%	0	0%	15	8,43
Março	3	8,57	0	0%	0	0%	0	0%	19	14,39	4	36,36	0	0%	0	0%	26	14,61
Abril	5	14,29	0	0%	0	0%	0	0%	16	12,12	1	9,09	0	0%	0	0%	22	12,36
Maio	0	0,00	0	0%	0	0%	0	0%	8	6,06	1	9,09	0	0%	0	0%	9	5,06
Junho	3	8,57	0	0%	0	0%	0	0%	14	10,61	0	0,00	0	0%	0	0%	17	9,55
Julho	7	20,00	0	0%	0	0%	0	0%	17	12,88	0	0,00	0	0%	0	0%	24	13,48
Agosto	0	0,00	0	0%	0	0%	0	0%	7	5,30	1	9,09	0	0%	0	0%	8	4,49
Setembro	0	0,00	0	0%	0	0%	0	0%	3	2,27	0	0,00	0	0%	0	0%	3	1,69
Outubro	0	0,00	0	0%	0	0%	0	0%	1	0,76	0	0,00	0	0%	0	0%	1	0,56
Novembro	0	0,00	0	0%	0	0%	0	0%	5	3,79	0	0,00	0	0%	0	0%	5	2,81
Dezembro	1	2,86	0	0%	0	0%	0	0%	9	6,82	0	0,00	0	0%	0	0%	10	5,62
Total Geral	35		0		0		0		132		11		0		0		178	

3.2 Diretoria Técnica

Competências

Executar as atividades de regulamentação, normatização, monitoramento e definição de indicadores e parâmetros relativos aos padrões dos serviços de manutenção das instalações de saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais, exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, dentre outros serviços delegados pela União, pelos estados e pelos municípios.

3.2.1 Visitas técnicas

Em 2015 foram realizadas 75 fiscalizações nos prestadores de serviços de água e esgotamento sanitário.

Nº de visitas	Tipo de fiscalização
15	Inicial
15	Acompanhamento
45	Emergencial

3.2.2 PLANILHA COM TODAS AS FISCALIZAÇÕES EM 2015

Nº	Processo AGESAN nº	Descrição	Tipo	Data visita	TN/AI	Relatório nº	Município
1	0115/2012	Visita técnica	Emergencial	21/05/2015	-	GEFIS 0001	Biguaçu
2	0462/2014	Visita técnica	Emergencial	03/02/2015	-	GEFIS 0002	Bombinhas
3	0021/2015	Visita técnica	Emergencial	21/01/2015	282/2015	GEFIS 0003	Bombinhas
4	0635/2014	Visita técnica	Emergencial	30/01/2015	281/2015	GEFIS 0004	Florianópolis
5	0104/2015	Visita técnica	Emergencial	02/02/2015	283/2015	GEFIS 0005	Florianópolis
7	0652/2014	Visita técnica	Emergencial	11/02/2015	-	GEFIS 0007	Florianópolis
8	0278/2014	Visita técnica	Emergencial	13/02/2015	-	GEFIS 0008	São José
9	0079/2015	Visita técnica	Emergencial	24/02/2015	285/2015	GEFIS 0009	Bom Retiro
10	0653/2014	Visita técnica	Emergencial	25/02/2015	284/2015	GEFIS 0010	Araquari
11	0166/2015	Visita técnica	Inicial	04/03/2015	287/2015	GEFIS 0011	Angelina
12	0009/2013	Visita técnica	Acompanhamento	05/02/2015	-	GEFIS 0012	Major Gercino
13	0461/2013	Visita técnica	Acompanhamento	06/02/2015	-	GEFIS 0013	São Pedro de Alcântara
14	0448/2013	Visita técnica	Acompanhamento	12/03/2015	-	GEFIS 0014	Luiz Alves
15	0024/2015	Visita técnica	Acompanhamento	13/03/2015	309/2015	GEFIS 0015	Major Vieira
16	0167/2015	Visita técnica	Inicial	17/03/2015	288/2015	GEFIS 0016	Alfredo Wagner
17	0028/2015	Visita técnica	Emergencial	18/03/2015	289/2015	GEFIS 0017	Biguaçu

18	0165/2015	Visita técnica	Emergencial	31/03/2015	290/2015	GEFIS 0018	São Pedro de Alcântara
19	0175/2015	Visita técnica	Emergencial	06/04/2015	292/2015	GEFIS 0019	Capivari de Baixo
20	0066/2014	Visita técnica	Acompanhamento	07/04/2015	-	GEFIS 0020	Treze de Maio
21	0447/2013	Visita técnica	Acompanhamento	08/04/2015	-	GEFIS 0021	Pescaria Brava
22	0047/2013	Visita técnica	Acompanhamento	09/04/2015	-	GEFIS 0022	Sangão
23	0178/2015	Visita técnica	Emergencial	09/04/2015	293/2015	GEFIS 0023	Balneário Camboriú
24	0164/2015	Visita técnica	Inicial	06-10/04/2015	294/2015	GEFIS 0024	Florianópolis
25	0179/2015	Visita técnica	Emergencial	13/04/2015	-	GEFIS 0025	Bombinhas
26	0228/2015	Visita técnica	Inicial	13/04/2015	296/2015	GEFIS 0026	Nova Veneza
27	0229/2015	Visita técnica	Inicial	14/04/2015	297/2015	GEFIS 0027	Praia Grande
28	0081/2015	Visita técnica	Acompanhamento	14/04/2015	-	GEFIS 0028	São João do Sul
29	AG.361/2015	Visita técnica	Emergencial	16/04/2015	312/2015	GEFIS 0029	São José
30	0176/2015	Visita técnica	Emergencial	17/04/2015	298/2015	GEFIS 0030	Imbituba
31	0177/2015	Visita técnica	Emergencial	23/04/2015	299//2015	GEFIS 0031	Itajaí
32	0232/2015	Visita técnica	Inicial	27/04/2015	300/2015	GEFIS 0032	Ibiam
33	AG.396/2015	Visita técnica	Emergencial	27/04/2015	-	GEFIS 0033	Florianópolis
34	0231/2015	Visita técnica	Inicial	28/04/2015	301/2015	GEFIS 0034	Catanduvas
35	0145/2012	Visita técnica	Acompanhamento	28/04/2015	310/2015	GEFIS 0035	Curitibanos
36	0230/2015	Visita técnica	Inicial	29/04/2015	302/2015	GEFIS 0036	Ponte Alta do Norte
37	0289/2015	Visita técnica	Inicial	12-14/05/2015	303/2015	GEFIS 0037	São José
38	81/2013-316/2013	Visita técnica	Acompanhamento	14-15/05/2015	320/2015	GEFIS 0038	Criciúma
39	0288/2015	Visita técnica	Inicial	19-20/05/2015	317/2015	GEFIS 0039	Laguna
40	0287/2015	Visita técnica	Inicial	22/05/2015	305/2015	GEFIS 0040	Tijucas
41	0177/2012	Visita técnica	Acompanhamento	26/05/2015	319/2015	GEFIS 0041	Descanso
42	0103/2013	Visita técnica	Acompanhamento	26/05/2015	321/2015	GEFIS 0042	Barra Bonita
43	0114/2013	Visita técnica	Acompanhamento	26/05/2015	318/2015	GEFIS 0043	São Bernardino
44	0286/2015	Visita técnica	Inicial	27/05/2015	315/2015	GEFIS 0044	Bom Jesus
45	0279/2014	Visita técnica	Emergencial	10/06/2015	307/2015	GEFIS 0045	Tijucas
46	0310/2015	Visita técnica	Emergencial	11/12/2015	308/2015	GEFIS 0046	São José
47	0311/2015	Visita técnica	Emergencial	16/06/2015	313/2015	GEFIS 0047	Laguna

48	0350/2015	Visita técnica	Emergencial	01/07/2015	304/2015	GEFIS 0048	Florianópolis
01	AG. 0450/2015	Visita técnica	Emergencial	07/10/2015	-	GEFIS 001	Florianópolis
02	AG.0441/2015	Visita técnica	Emergencial	07/10/2015	-	GEFIS 002	São José
03	AG.0329/2015	Visita técnica	Emergencial	12/07/2015	-	GEFIS 003	Major Gercino
04	AR.0091/2015	Visita técnica	Emergencial	28/10/2015	322/2015	GEFIS 004	São José
06	AG.0125/2015	Visita técnica	Inicial	17/11/2015	323/2015	GEFIS 006	Campo Alegre
07	AG.0380/2015	Visita técnica	Emergencial	24/11/2015	-	GEFIS 007	Itajaí
08	AG.0381/2015	Visita técnica	Emergencial	24/11/2015	-	GEFIS 008	Balneário Camboriú
09	AG.0362/2015	Visita técnica	Emergencial	26/11/2015	325/2015	GEFIS 009	Balneário Arroio do Silva
10	AG.0164/2015	Visita técnica	Acompanhamento	30/11/2015 03/12/2015	001/2015	GEFIS 010	Florianópolis
11	AR.0177/2015 AG.0451/2014	Visita técnica	Emergencial	02/12/2015	-	GEFIS 011	Florianópolis
12	AR.0170/2015	Visita técnica	Emergencial	07/12/2015	327/2016	GEFIS 012	Biguaçu
13	AR.0104/2015	Visita técnica	Emergencial	08/12/2015	-	GEFIS 013	Barra Bonita
14	AG.0103/2013	Visita técnica	Acompanhamento	08/12/2015	-	GEFIS 014	Barra Bonita
15	AR.0107/2015	Visita técnica	Emergencial	08/12/2015	329/2015	GEFIS 015	Criciúma
16	AR.0249/2015	Visita técnica	Inicial	09/12/2015	326/2015	GEFIS 016	Santa Helena
17	AR.0106/2015	Visita técnica	Emergencial	09/12/2015	330/2015	GEFIS 017	São Pedro de Alcântara
19	AR.0109/2015	Visita técnica	Emergencial	10/12/2015	332/2015 *	GEFIS 018	Capivari de Baixo
19	AR.0166/2015	Visita técnica	Emergencial	11/12/2015	-	GEFIS 019	Araquari
20	AG.0372/2015	Visita técnica	Emergencial	11/12/2015	333/2015	GEFIS 020	Araquari
21	AR.0108/2015	Visita técnica	Emergencial	14/12/2015	328/2015	GEFIS 021	Balneário Camboriú
22	AR.0171/2015	Visita técnica	Emergencial	15/12/2015	002/2015	GEFIS 022	Laguna
23	AR.0105/2015	Visita técnica	Emergencial	16/12/2015	334/2015	GEFIS 023	Camboriú
24	AR.0168/2015	Visita técnica	Emergencial	16/12/2015	004/2015	GEFIS 024	Bombinhas
25	AG.0374/2015	Visita técnica	Emergencial	16 e 17/12/2015 06/01/16	-	GEFIS 025	Florianópolis
26	AR.0167/2015	Visita técnica	Emergencial	17/12/2015	006/2015	GEFIS 026	Garopaba
27	AR.0169/2015	Visita técnica	Emergencial	18/12/2015	005/2015	GEFIS 027	São José
28	AR.0006/2016	Visita técnica	Emergencial	29/12/2015	324/2015	GEFIS 028	Florianópolis

3.2.3 Tipos de fiscalizações



As Ações de Fiscalização se dão em etapas denominadas: Ação de Fiscalização Inicial, Ação de Fiscalização de Acompanhamento e Ação de Fiscalização Emergencial ou Eventual, e têm como objetivos:

- a) aferir as informações previamente recebidas;
- b) observar aspectos de infraestrutura: segurança, funcionalidade, adequação, operação e manutenção, e adoção das normas técnicas regulamentares, entre outros;
- c) conhecer os procedimentos e rotinas das áreas operacional e comercial;
- d) verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados nas normas e regulamentos;
- e) analisar o cumprimento da legislação em vigor e do contrato de concessão nas áreas operacional e comercial; e,
- f) atender situações emergenciais, seja por denúncia ou por conhecimento próprio.

1- A **Fiscalização Inicial** é a primeira fase do acompanhamento na prestação dos serviços e que se estende desde a análise das informações solicitadas à concessionária até o término da elaboração do Relatório de Fiscalização, envolvendo observações e análises criteriosas durante as atividades de campo e confecção do relatório.

2- Na **Fiscalização de Acompanhamento**, o técnico responsável efetua vistoria nas instalações da concessionária para verificar se foram solucionadas as desconformidades identificadas na fase inicial e o Relatório de Fiscalização de Acompanhamento será conclusivo, devendo indicar objetivamente se foram atendidas ou não as determinações contidas no TAS.

O descumprimento por parte da concessionária de determinação constante no Termo de Adequação dos Serviços dá ensejo aos procedimentos administrativos para apuração de infrações e aplicação de penalidades, cujo encaminhamento ocorre de acordo com o estabelecido nos instrumentos delegatórios da concessão, encerrando-se, assim, a Ação de Fiscalização.

3 - As ações de **Fiscalização Emergenciais e Eventuais** são realizadas sempre que necessário, por provocação ou iniciativa própria, quando algum fator extraordinário for detectado nos serviços prestados.



1 ▸ **Inicial** ▸ foram realizadas 15 fiscalizações.



Angelina (ETA em reforma e manancial de captação).



Alfredo Wagner (fachada do escritório e laboratório de análise de água).



Florianópolis (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



Florianópolis (coleta de amostra de esgoto para análise na ETE de Canasvieiras).



Nova Veneza (fachada do escritório e reservatório).



Praia Grande (fachada do escritório e ETA).



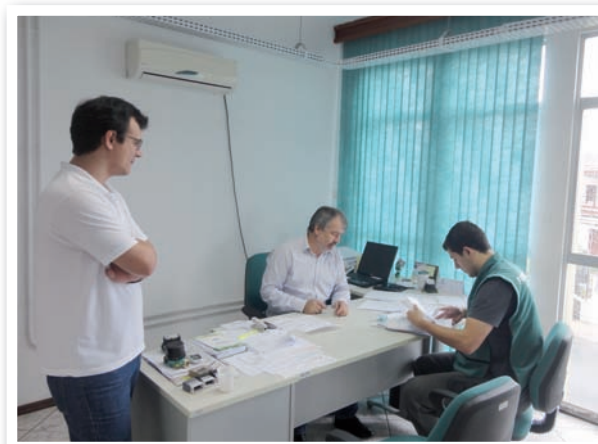
Ibiam (fachada do escritório e reservatórios).



Catanduvas (fachada do escritório e reservatórios).



Ponte Alta do Norte (fachada do escritório e laboratório de análise).



São José (gerência da agência atendendo a fiscalização e manancial de captação no bairro Colônia Santana).



Laguna (manancial de captação canal do Gi e tanque de floculação).



Tijucas (fachada do escritório e manancial de captação Oliveira).

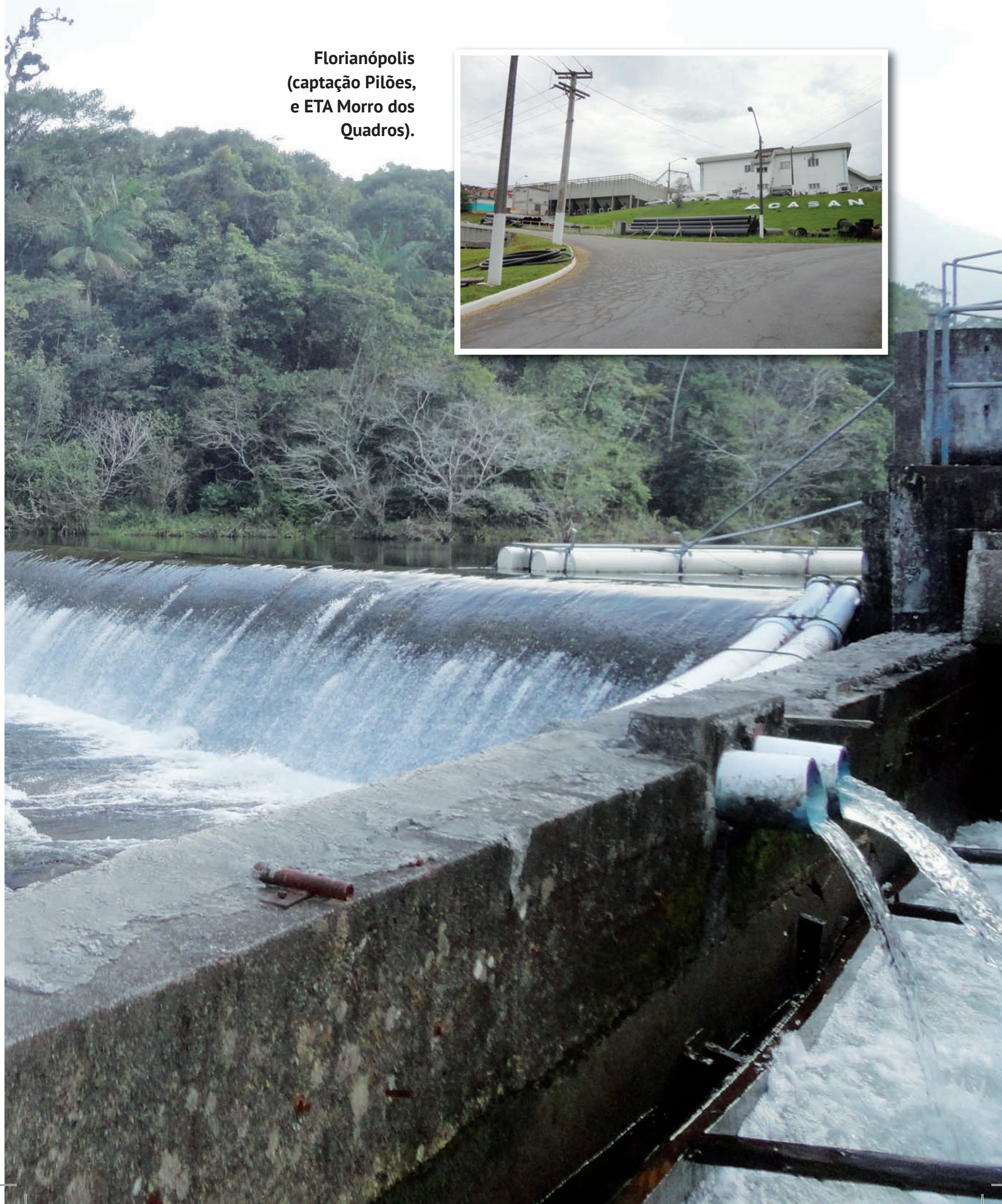


Bom Jesus (fachada do escritório e captação de água subterrânea).





**Florianópolis
(captação Pilões,
e ETA Morro dos
Quadros).**





Campo Alegre (fachada do escritório e ETA José Amorim).



Santa Helena (Prefeitura Municipal, onde está localizado o escritório de atendimento, e ETA).



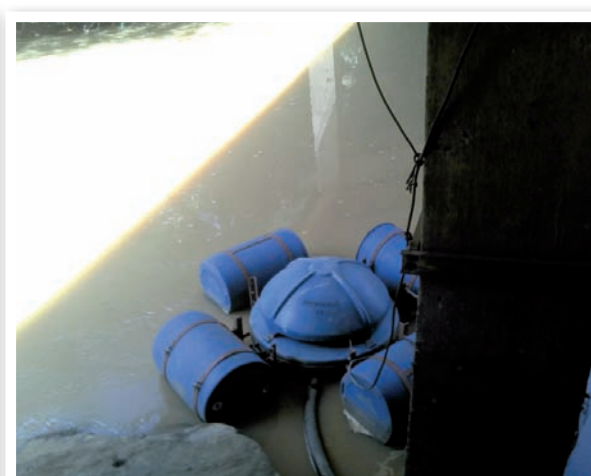
2 ▶ Acompanhamento ▶ foram realizadas 15 fiscalizações.



Major Gercino (fachada do escritório e manancial de captação).



São Pedro de Alcântara (reservatórios e casa de química Santa Tereza).



Luiz Alves (fachada do escritório e manancial de captação).



Major Vieira (fachada do escritório e ETA compacta nova).



Treze de Maio (fachada do escritório e macro medidor instalado).



Pescaria Brava (ETA e poço de captação de água).



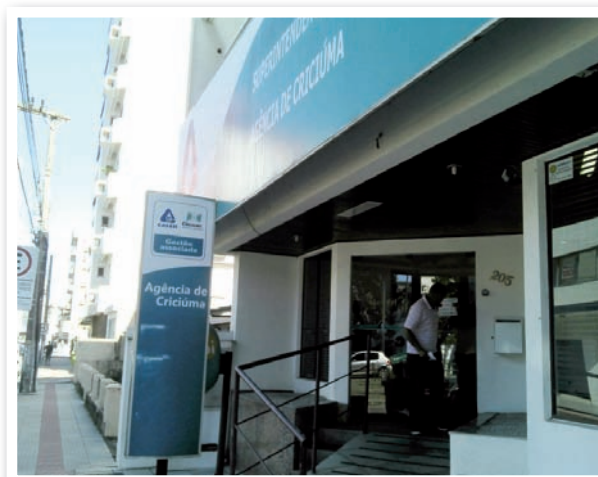
Sangão (fachada do escritório e ETA).



São João do Sul (fachada do escritório e reservatório).



Curitibanos (fachada do escritório e ETA).



Criciúma (fachada do escritório e reservatórios).



Descanso (ETA e manancial de captação).



Barra Bonita (escritório da agência e manancial de captação).



São Bernardino (reservatórios e manancial de captação poço).



Florianópolis (coleta de água para análise na ETA Morro dos Quadros, e Centro de Saúde B. Pântano do Sul).



Barra Bonita (fachada do escritório e coleta de água para análise em diversos pontos do sistema).

3 ▸ Emergencial ▸ foram realizadas 45 fiscalizações.



Biguaçu (vistoria realizada para atender reclamações de falta de água).



Bombinhas (fiscalização na barragem do rio Perequê).



Bombinhas (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



Florianópolis (fiscalização para verificar nível do manancial de captação Lagoa do Peri).



São José (fiscalização para verificar as condições operacionais da ETE de Potecas).



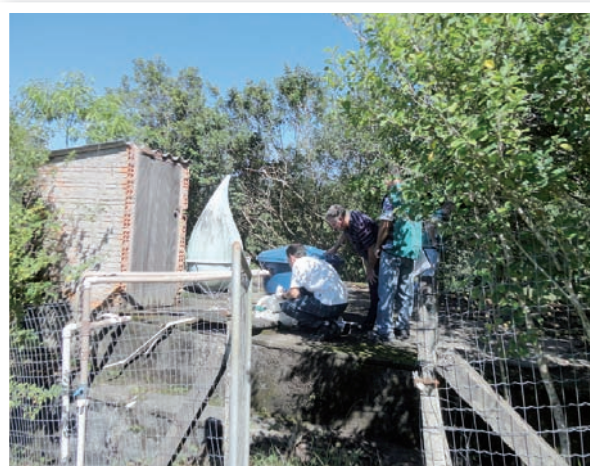
Bom Retiro (fiscalização para realizar diagnóstico das condições do sistema de abastecimento de água em vários pontos do município).



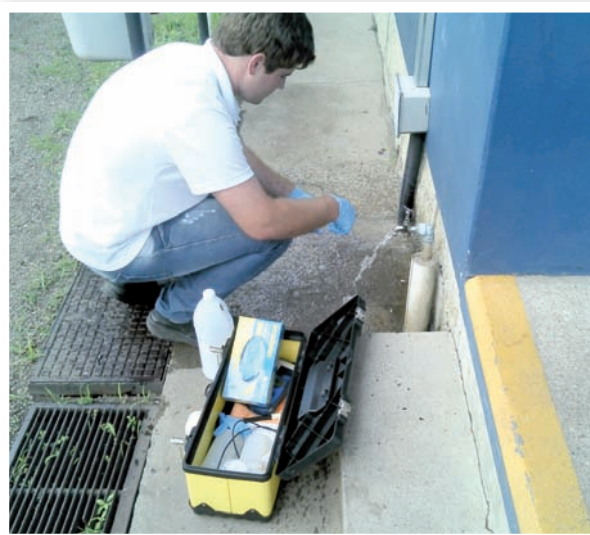
Araquari (fiscalização do plano de emergência verão 2015/2016 - instalação de adutores e novo reservatório).



Biguaçu (fiscalização para verificar desabastecimento de água).



São Pedro de Alcântara (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



Capivari de Baixo (coleta de água para análise em diversos pontos).



Balneário Camboriú (coleta de água e esgoto para análise em diversos pontos).



Bombinhas (coleta de água e esgoto em diversos pontos para análise).



Florianópolis (fiscalização do plano de emergência para a temporada de verão 2015/2016).



Imbituba (coleta de água para análise em diversos pontos).



Itajaí (coleta de água para análise em diversos pontos).



Florianópolis (fiscalização para vistoriar condições da ETA Daniela).



Tijucas (coleta de água para análise em diversos pontos).



São José (coleta de água e esgoto para análise).



Laguna (coleta de água nas ETAs para análise).



Florianópolis (fiscalização para verificar vazamento de esgoto).



Major Gercino (coleta de água para análise em diversos pontos).



Itajaí (fiscalização do plano de emergência verão 2015/2016).



Balneário Camboriú (fiscalização do plano de emergência verão 2015/2016 – macro medidor na adutora de 800 mm e geradores).



Balneário Arroio do Silva (fiscalização para coletar água para análise em diversos pontos).



Florianópolis (fiscalização de vazamento na EEE Ingleses).



Biguaçu (coleta de água para análise em diversos pontos).



Criciúma (coleta de água para análise em diversos pontos).



São Pedro de Alcântara (coleta de água para análise em diversos pontos).



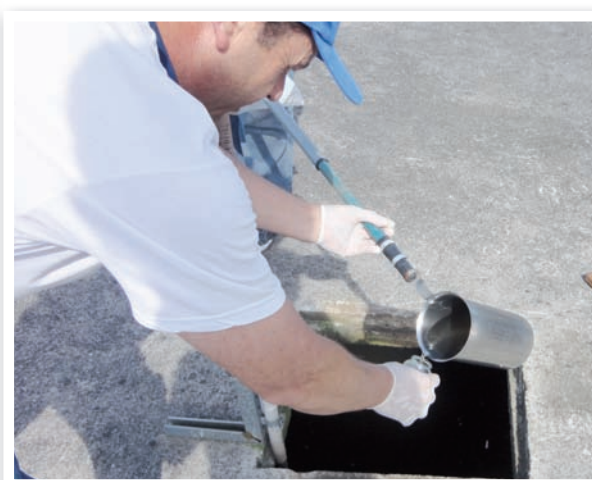
Capivari de Baixo (coleta de água para análise em diversos pontos).



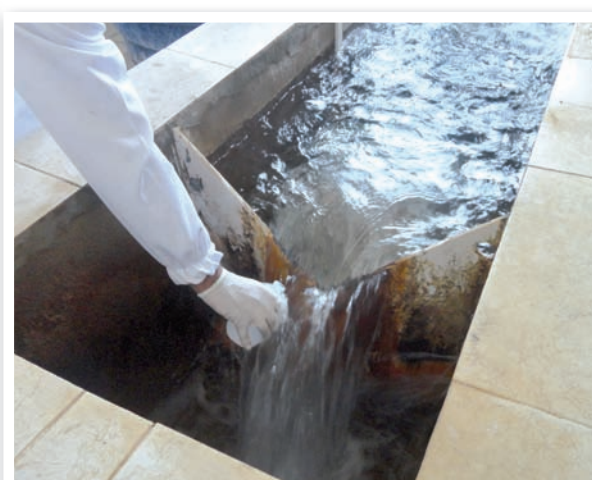
Araquari (coleta de água para análise em diversos pontos).



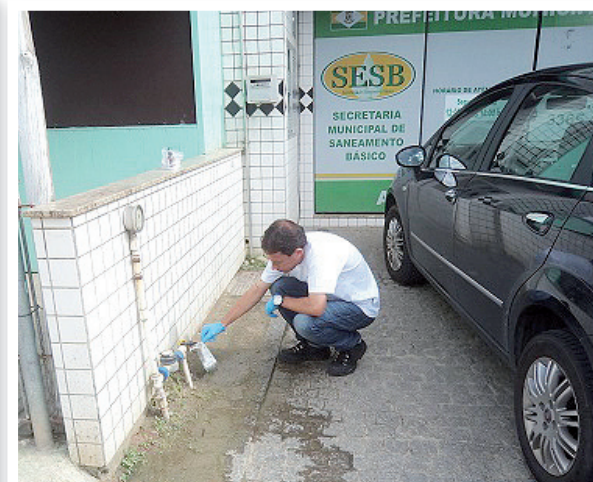
Balneário Camboriú (coleta de água para análise em diversos pontos).



Balneário Camboriú (coleta de esgoto sanitário para análise).



Laguna (coleta de água para análise em diversos pontos).



Camboriú (coleta de água para análise em diversos pontos do sistema).



Bombinhas (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



Florianópolis (fiscalização dos grupos geradores nos pontos predeterminados).



Garopaba (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



São José (coleta de amostra de água para análise em diversos pontos do sistema).



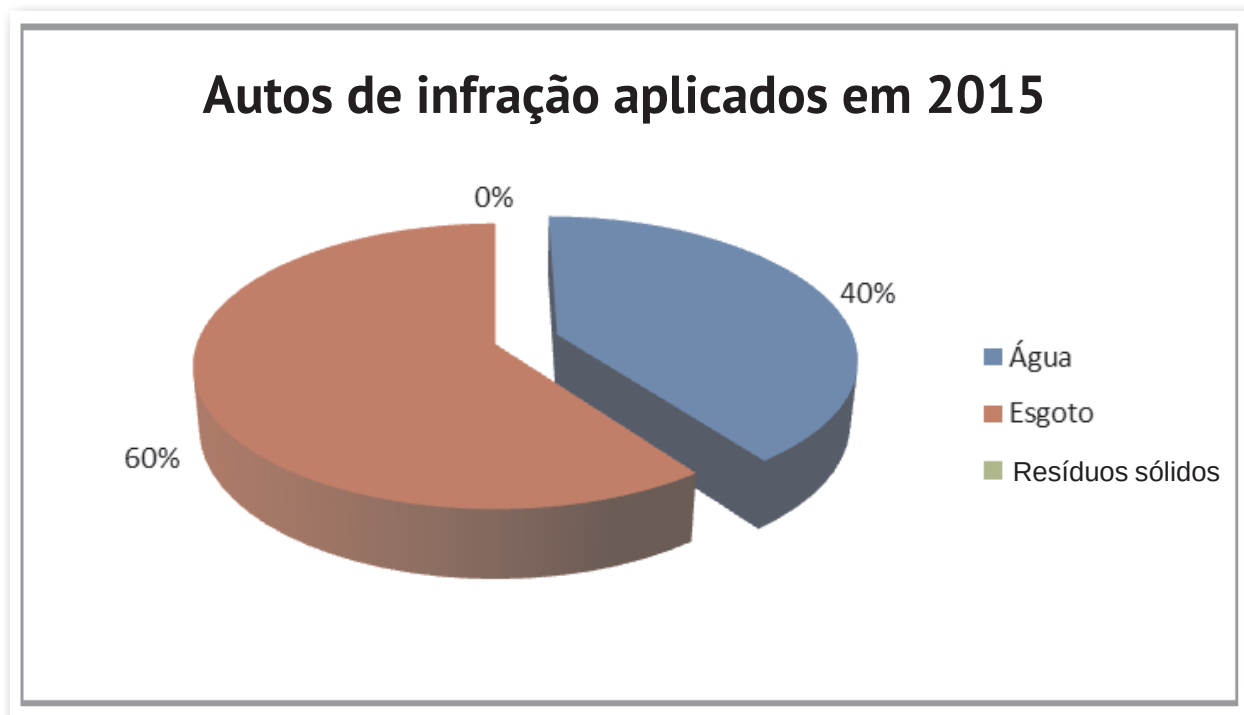
São José (coleta de amostra de esgoto para análise na ETE de Potecas).



Florianópolis (fiscalização EEE rio do Brás).

Advertências e multas (auto de infração)

Em 2015, a Aresc aplicou 5 advertências às concessionárias conveniadas que prestam serviço em saneamento básico.





Aterros Sanitários



Biguaçu – Proactiva.



Erval Velho – Aterro Sanitário, Tucano Obras e Serviços.



Curitibanos - Consórcio Intermunicipal do Contestado – COINCO.



Içara – Santec.



Pescaria Brava – Serrana Engenharia Ltda.



Itajaí – Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.



Fraiburgo – Aterro Sanitário da VT Engenharia.



Brusque – Empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.



Urussanga – Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES.



Araranguá – Preservale Saneamento Ambiental Ltda.



Saudades – Tucano Obras e Serviços.



Lages – Serrana Engenharia Ltda.



Xanxerê – Continental Obras e Serviços Ltda.



Bom Jesus do Oeste – C. W. Prestação de Serviços Ltda.

Iporã do Oeste – Transportes Serni.







Anchieta – Tucano Obras e Serviços.



Mafra – Serviço de Limpeza Urbana de Mafra – SELUMA.

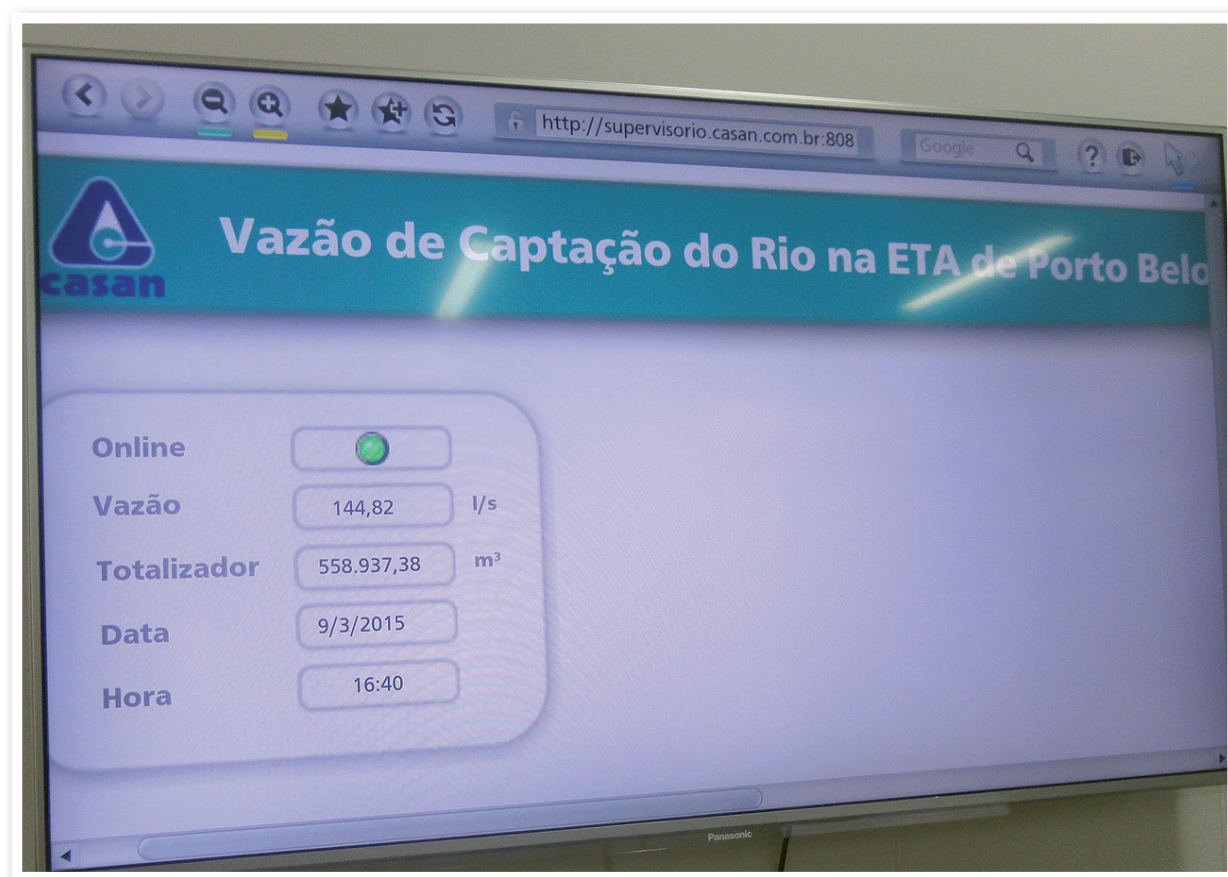
3.2.4 Plano de emergência 2015/2016

O plano de emergência é extremamente importante e fundamental durante a temporada de verão para prevenir as possíveis falhas dos Sistemas de Abastecimentos de Água e Esgotamento Sanitário. As concessionárias do serviço de saneamento básico devem fazer um prognóstico de todas as situações que impossibilitam o fornecimento desse serviço aos usuários, visando minimizar ou sanar eventuais problemas relacionados ao fornecimento de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

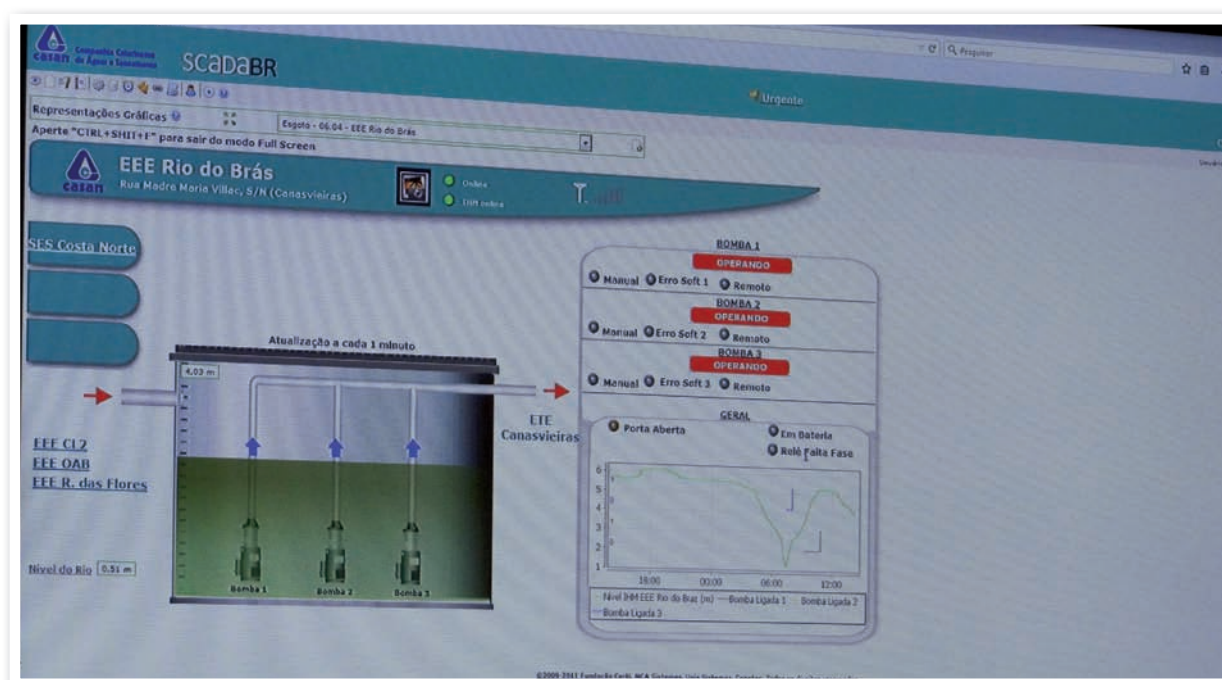
A Aresc solicitou aos prestadores de serviços de saneamento básico dos municípios conveniados como: Araquari, Balneário Camboriú, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba, São José, Biguaçu, Itajaí e Laguna, algumas providências e ações de prevenção que se fizeram necessárias para atender à temporada de verão 2015/2016.

3.2.5 Telemetria

A Aresc implantou o monitoramento dos equipamentos que controlam a eficiência e a qualidade dos serviços de água e esgotamento sanitário, por telemetria, nos municípios conveniados antes realizado somente pelas concessionárias. Para isso, instalou em sua sede um supervisor que recebe as informações dos prestadores de serviço em tempo real. Esse método possibilitará um melhor acompanhamento e, assim que houver alguma falha no sistema, a fiscalização poderá atuar e reivindicar da concessionária uma rápida intervenção.



Supervisório – telemetria (Aresc).



Supervísório – telemetria (CASAN).



Fiscalização no funcionamento do supervisório da CASAN, realizado pela equipe da Aresc.



3.2.6 Projeto Produtor de Água

A Aresc faz parte do grupo gestor do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, que tem como objetivo promover a recuperação ambiental da bacia hidrográfica, proporcionando incentivos financeiros aos proprietários rurais que aderirem ao projeto. A principal ação do projeto consiste em recuperar as áreas degradadas, incluindo matas ciliares, áreas de nascentes, encostas ou outras áreas sensíveis, além da proteção de áreas conservadas.

O Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú é uma iniciativa da EMASA e da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, em parceria com a organização ambiental *The Nature Conservancy* (TNC), a Prefeitura Municipal de Camboriú, a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (Aresc), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, o Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

A EMASA, através de contratos firmados com os proprietários rurais que aderiram ao projeto, realiza pagamentos semestrais conforme cronograma de desembolso que consta nos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs). Para que os pagamentos sejam realizados, é necessária uma vistoria técnica realizada pelos membros do grupo gestor do projeto, que são parceiros da iniciativa. Essa vistoria tem o objetivo de certificar se as ações de conservação e restauração previstas nos PIPs estão sendo executadas em conformidade com os contratos de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais.

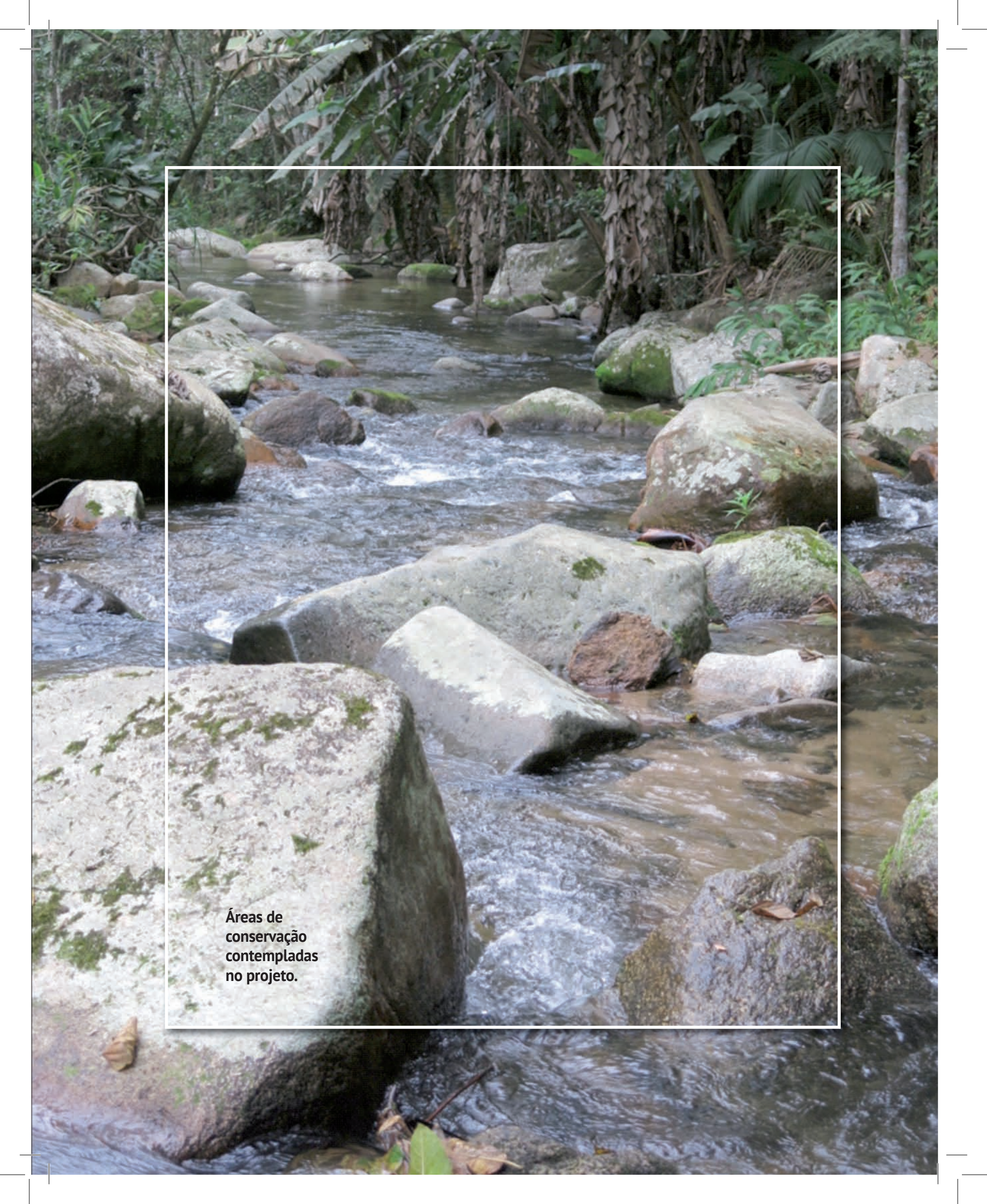
No projeto ainda participam órgãos do estado e instituições privadas, tais como: Secretaria de Meio Ambiente de Balneário Camboriú, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bunge Alimentos. Em 2015 foram assinados seis novos contratos com os produtores de água.

Atualmente, tem contemplado no Projeto Produtor de água 379,88 ha de área de conservação e 29,62 ha de área de restauração.



26 vistorias realizadas no ano de 2015.





Áreas de
conservação
contempladas
no projeto.



Vistoria em propriedade contemplada e área de restauração com mudas plantadas.

3.2.7 Revisão tarifária

Metodologia de revisão tarifária às concessionárias reguladas pela Aresc.

Desde 2011, a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc, iniciou o projeto de realizar a revisão tarifária das concessionárias prestadoras de serviços que são reguladas pela agência. Por meio de processo licitatório, a Aresc contratou uma empresa de consultoria técnica que é responsável pela elaboração da metodologia de revisão tarifária dos prestadores de serviços de água e esgotamento sanitário do Estado de Santa Catarina. Depois de concluído todo o processo licitatório, foi assinado o contrato com a empresa vencedora do certame, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

Ao todo, o estudo envolveu: análise e definição de modelo tarifário, diagnóstico da situação atual, análise econômico-financeiro e modelo tarifário e, por último, a sua implementação e acompanhamento. Ao final de cada etapa de execução é entregue pela empresa um relatório para aprovação da equipe técnica da Aresc.

A metodologia de cálculo de uma tarifa deve buscar os princípios de eficiência, equidade, justiça, equilíbrio financeiro, simplicidade e estabilidade, sinalizando a direção do mínimo custo aos consumidores e provendo o uso racional dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Dessa forma, é necessário garantir tanto o equilíbrio econômico-financeiro da empresa para a prestação do serviço, por meio do nível tarifário adequado, como uma tarifa que possibilite a correta alocação dos custos ao usuário, por meio de uma estrutura tarifária justa.

CONCESSIONÁRIAS REGULADAS PELA ARESA QUE FORAM ESTUDADAS PARA A ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA:	
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
EMASA	Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú;
SEMASA	Serviço Municipal de Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura de Itajaí;
SEMASA	Secretaria Municipal de Água e Saneamento de Lages;
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Papanduva;
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Treviso.

A etapa do diagnóstico fornecerá informações importantes para caracterizar cada uma das concessionárias, observando os aspectos operacionais, econômicos e financeiros, dentre eles: índice de atendimento total de água, consumo de água faturada por economia, consumo médio *per capita* de água, extensão da rede de água por ligação, índice de perdas de faturamento, índice de perdas na distribuição, margem da despesa de exploração, e retorno sobre o patrimônio líquido, base de ativos, etc.



Fotografias da assinatura do contrato com a DELOITTE.



3.2.8 DIRETORIA TÉCNICA

Sérgio José Grando • Diretor Técnico

Eng.^a Luiza Kaschny Borges • Gerente de Fiscalização

Eng.^o Silvio Cesar dos Santos Rosa • Gerente de Regulação

Equipe Técnica

Ana Paula Lopes Simm – Geóloga

Cintia Guimarães da Cunha Pimentel – Eng.^a Civil

Eduardo dos Santos Clarino – Geógrafo

João Luiz Coelho

Jorge Perozin – Eletrotécnico

Larissa Martins – Bióloga

Marnio Sebastião Graciosa – Eng.^o Eletricista

Nilton de Sá Junior – Eletrotécnico

Paulo Cesar Cardoso da Silva – Eng.^o Mecânico

Ricardo Cesconetto dos Santos – Eng.^o Eletricista

Rodrigo Amorim Barão – Eng.^o Eletricista

Instrutores de Informática

Carolina dos Santos

Ilse Karling

Maria Conceição

Jéssica Oliveira

Leonardo Amadeu Onofri

Silvana Rodrigues

Motoristas

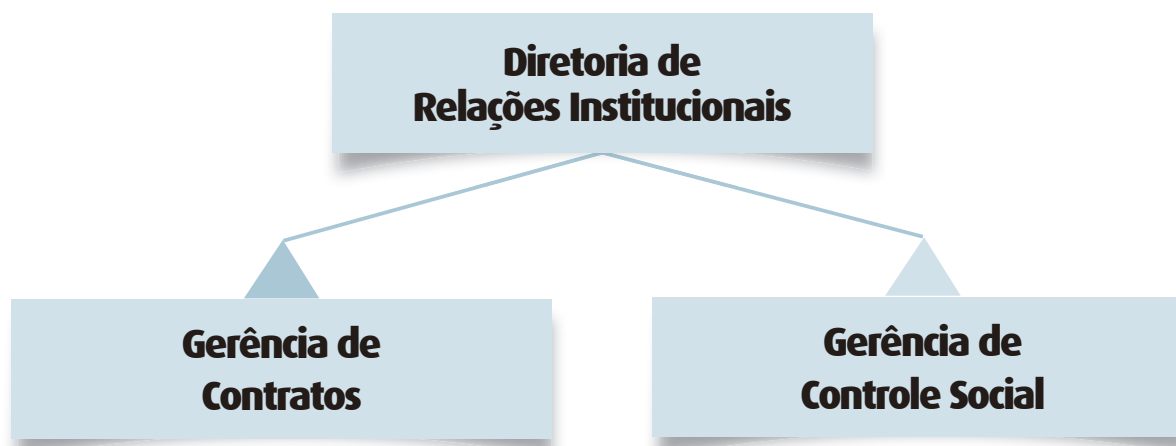
Cláudio Manoel da Conceição

Marciliano Abreu

Marcelo Farias

3.3 Diretoria de Relações Institucionais

3.3.1 Organograma



A Diretoria de Relações Institucionais tem por finalidade conduzir o relacionamento com instituições e agentes atuantes nos setores regulados, apoiando, no que concerne aos aspectos institucionais, a elaboração de diretrizes, de normas técnicas, econômicas e sociais para regulação de serviços prestados.

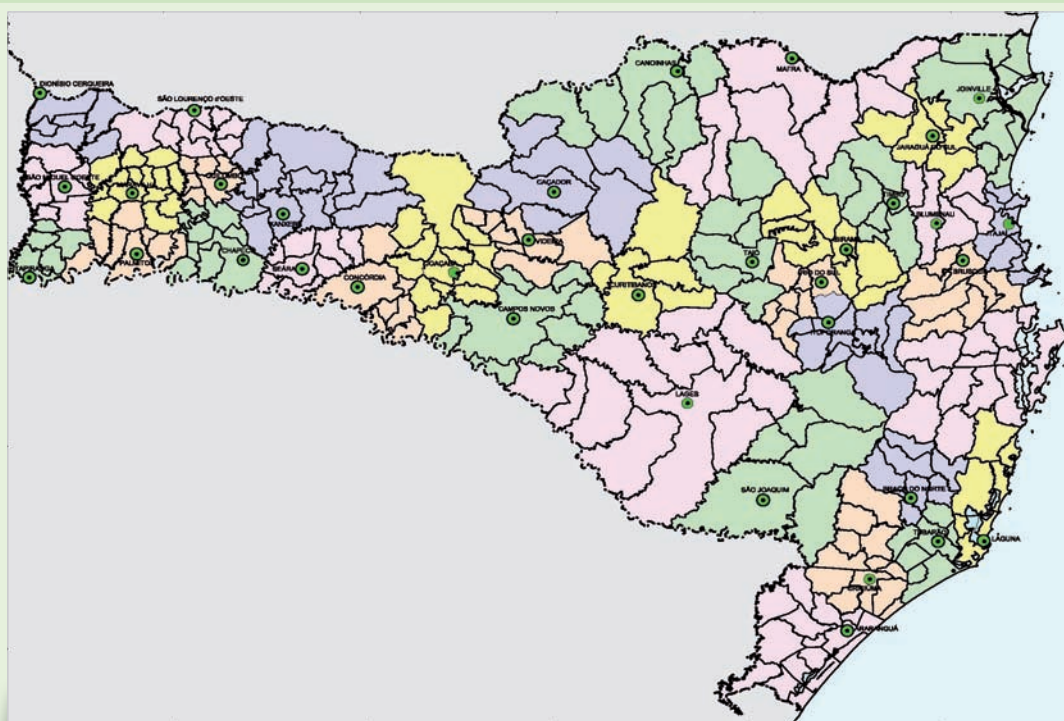
Esta Diretoria tem como responsabilidade a formação da identidade e da imagem positiva da instituição, ressaltando perspectivas relacionadas com a missão e a ideologia da organização, buscando preservar e consolidar o trabalho e a imagem com o poder concedente, as concessionárias e os usuários.

Ficam subordinadas à Diretoria de Relações Institucionais: a Gerência de Contratos e a Gerência de Controle Social.

A Gerência de Contratos trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como elaborando as minutas e apoiando institucionalmente a celebração e a execução dos convênios de cooperação e dos contratos de concessão firmados pela ARESC.

A Gerência de Controle Social trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como apoiando a elaboração, revisão e compatibilização das normas reguladoras, garantindo a defesa do interesse público e, no que couber, o atendimento de suas demandas. Atua na elaboração e realização das consultas e audiências públicas acompanhado as demandas da sociedade em assuntos afetos à área de atuação da ARESC e trabalhando constantemente no planejamento e execução de ações que permitam a integração da sociedade com a Agência.

3.3.2 Mapa e relação dos Municípios Conveniados



AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTOS REGIONAIS	
LOCALIDADE	CIDADES CONVENIADAS - ARESC
ADR - Araranguá	Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e São João do Sul
ADR - Blumenau	Luiz Alves
ADR - Braço do Norte	Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e São Martinho
ADR - Brusque	Major Gercino e Tijucas
ADR - Caçador	Calmon, Macieira e Timbó Grande
ADR - Campos Novos	Ibiam
ADR - Canoinhas	Major Vieira
ADR - Criciúma	Criciúma, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Treviso
ADR - Curitibaanos	Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul
ADR - Dionísio Cerqueira	Princesa
ADR - Ibirama	Presidente Nereu
ADR - Itajaí	Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú e Bombinhas
ADR - Itapiranga	Santa Helena e Tunápolis
ADR - Ituporanga	Alfredo Wagner e Leoberto Leal
ADR - Joaçaba	Catanduvas, Erval Velho, Ibicaré e Lacerdópolis
ADR - Joinville	Araquari e Balneário Barra do Sul
ADR - Lages	Lages, Otacílio Costa e Ponte Alta
ADR - Laguna	Garopaba, Laguna, Imaruí e Imbituba
ADR - Mafra	Campo Alegre e Papanduva
ADR - Maravilha	Santa Terezinha do Progresso
ADR - Palmitos	Riqueza
ADR - Rio do Sul	Agrolândia e Rio do Oeste
ADR - São Joaquim	Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, São Joaquim e Urubici
ADR - São Lourenço do Oeste	São Bernardino
ADR - São Miguel do Oeste	Barra Bonita, Belmonte e Descanso
ADR - Tubarão	Capivari de Baixo, Sangão e Treze de Maio
ADR - Videira	Tangará e Videira
ADR - Xanxerê	São Domingos e Bom Jesus
ADR - Grande Florianópolis	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José



Relatório de Atividades 2015



Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



3.4 Diretoria Administrativa e Financeira

Os demonstrativos que serão apresentados apresentam os resultados financeiros e orçamentários alcançados pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina –Aresc, no exercício de 2015.

Cabe ressaltar que a Aresc é o resultado da fusão ocorrida, em agosto, entre a AGESAN e a AGESC, conforme preceitua a lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015.

Conforme determina o art. 2º, da referida lei, toda estrutura funcional, quadro de pessoal, patrimônio, receitas, acervo técnico, direito e obrigações das agências extintas foram absorvidas pela autarquia sucessora (Aresc), porém, a execução orçamentária e financeira e movimentação contábil de janeiro de 2015 até a data de publicação da lei nº 16.673/2015 ficam restritas e encerradas pelas agências extintas, a fim de atender aos princípios contábeis e da administração pública.

Sendo assim, os dados então apresentados são relativos ao período de agosto a dezembro de 2015, ou seja, da data de criação da Aresc até o encerramento do exercício financeiro.

As informações que integram tais demonstrativos foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/SC, e contemplam os dados contábeis consolidados.



3.4.1 Disponibilidade de caixa

Tendo em vista a Aresc ter sido criada no decorrer do ano de 2015, os levantamentos dos dados encontraram-se prejudicados frente aos quatro meses a serem analisados, visto que a nova agência esteve, durante os meses de agosto e setembro de 2015, em fase pré-operacional devido ao fato da nomeação da Diretoria Colegiada da Aresc ter ocorrido no mês de outubro do mesmo ano.

Portanto, a análise realizada restringiu-se aos dados do superávit financeiro, onde foram considerados também os valores das agências fusionadas. Cabe ressaltar que em todo início de exercício a diretoria do Tesouro Estadual converte o superávit financeiro das autarquias em recursos do Tesouro, embasada na lei complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e conforme autorizado pelo então secretário da fazenda.

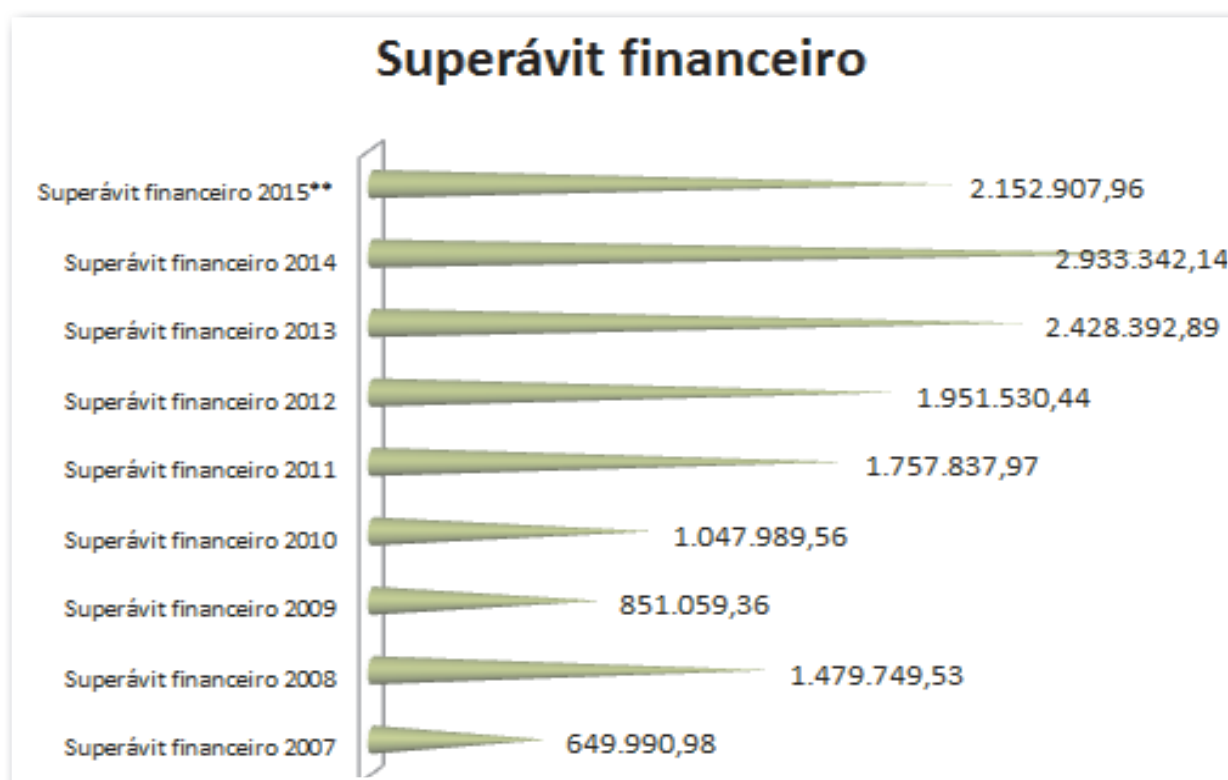


Gráfico 3.

O gráfico demonstra o superávit financeiro do período compreendido entre os anos de 2007 e 2015, mas vale ressaltar que os valores constantes de 2007 a 2014 refletem o somatório das agências extintas (AGESC e AGESAN) e o valor relativo ao exercício 2015 composto pela movimentação das três Agências, sendo que de janeiro a agosto são valores das agências fusionadas e de agosto a dezembro refere-se exclusivamente à Aresc.

Destaca-se que a arrecadação de agosto a dezembro de 2015 situa-se prejudicada, devido às incertezas/dúvidas jurídicas no tocante à transposição dos CNPJs. Após a posse da Diretoria Colegiada em outubro, e a emissão de novas guias em nome da nova agência, os recolhimentos voltaram à normalidade.

3.4.2 demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, aos princípios contábeis, às disposições da lei federal nº 4.320/1964 e da lei complementar federal nº 101/2000 e atendendo à Lei Orçamentária Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
Ativo Circulante	3.134.174,71	Passivo Circulante	47.667,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.064.182,49	Fornecedores e Obrigações a Pagar CP	28.569,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.064.182,49	Fornecedores e Obrigações a Pagar	28.569,37
Demais Créditos e Valores a CP	32.078,00	Demais Obrigações a CP	19.097,93
Adiantamento Concedidos	32.078,00	Valores Restituíveis	19.097,93
Créditos por Danos ao Patrimônio			
Estoques	25.738,04		
Almoxarifado	25.738,04		
Variações Patr. Pagas Antecipadamente	12.176,18		
Prêmios e Seguros a Apropriar	1.534,63		
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	10.641,55		
Ativo Não-Circulante	1.089.745,90	Passivo Não Circulante	128.684,74
Imobilizado	1.081.079,87	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias LP	28.684,74
Bens Móveis	779.779,50	Encargos Sociais LP	128.684,74
Bens Imóveis	591.683,56		
Depreciações e Amort. Acumuladas	(290.383,19)	Patrimônio Líquido (Saldo Patrimonial)	4.047.568,57
Intangível	8.666,03	Resultados Acumulados	4.047.568,57
Softwares	13.274,19	Superávit ou Déficits Acumulados	4.047.568,57
Amortização Acumulada	(4.608,16)		

Tabela 1.

O balanço patrimonial foi elaborado com base nas informações contábeis contidas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal e de acordo com a legislação vigente no dia 31 de dezembro de 2015.

Em decorrência da fusão e conforme preceitua o art. 2º, da lei 16.673/2015, todo o patrimônio, direitos e obrigações das agências extintas foram absorvidos pela Aresc, portanto, neste demonstrativo estão contidos os dados da Aresc acrescidos dos valores das extintas AGESAN e AGESC.

3.4.3 Balanço orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

RECEITA				
RECEITA	2015			
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	-	-	17.083,48	17.083,48
Receita Patrimonial	-	-	17.083,48	17.083,48
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
SOMA	-	-	17.083,48	17.083,48
DEFICIT			1.881.569,64	
TOTAL			1.898.653,12	

DESPESA						
DESPESA	2015					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	-	4.640.583,29	1.898.653,12	1.797.288,11	1.768.718,74	2.741.930,17
Pessoal e encargos	-	1.696.239,62	952.795,14	952.795,14	928.341,78	743.444,48
Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	-	2.944.343,67	945.857,98	844.492,97	840.376,96	1.998.485,69
Despesas de Capital	-	1.705.669,34	-	-	-	1.705.669,34
Investimentos	-	1.705.669,34	-	-	-	1.705.669,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-
SOMA	-	6.346.252,63	1.898.653,12	1.797.288,11	1.768.718,74	4.447.599,51

Tabela 2.

Para fins de cumprimento da legislação federal, no tocante às receitas realizadas, estão computadas no balanço orçamentário somente as receitas financeiras no montante de R\$ 17.083,48. Portanto, não aparecem os valores relativos à arrecadação da taxa de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico e gás canalizado, que no decorrer de 2015 apresentou movimentação, de acordo com o gráfico abaixo:

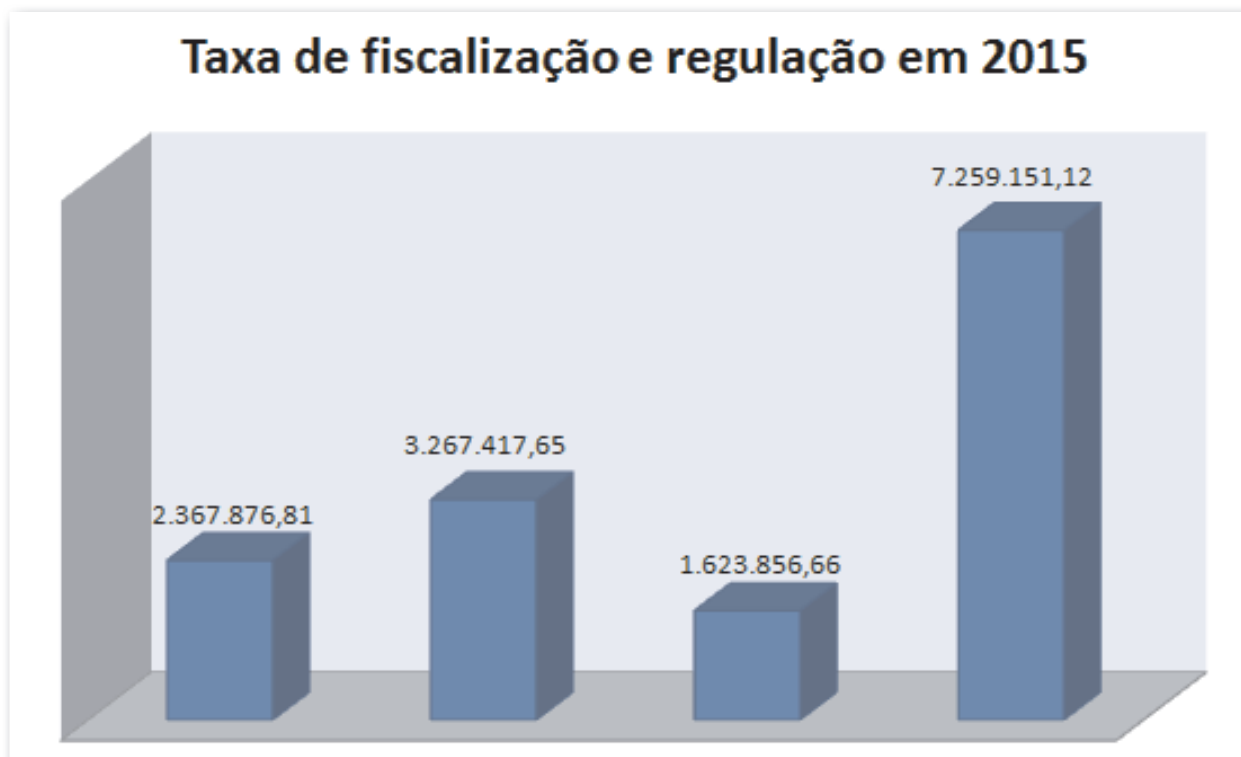


Gráfico 5.

No tocante ao cálculo do resultado orçamentário da Aresc, em 2015, foram considerados além das receitas destacadas no balanço orçamentário, as receitas dos serviços de fiscalização e regulação de saneamento básico e gás canalizado, obtendo assim, um déficit orçamentário do período de agosto a dezembro, R\$ 257.712,98.



Gráfico 4.

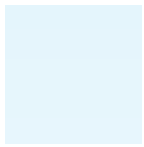
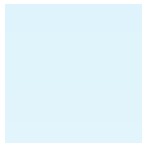
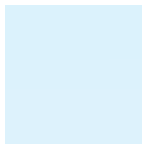
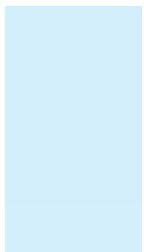


Relatório de Atividades 2015

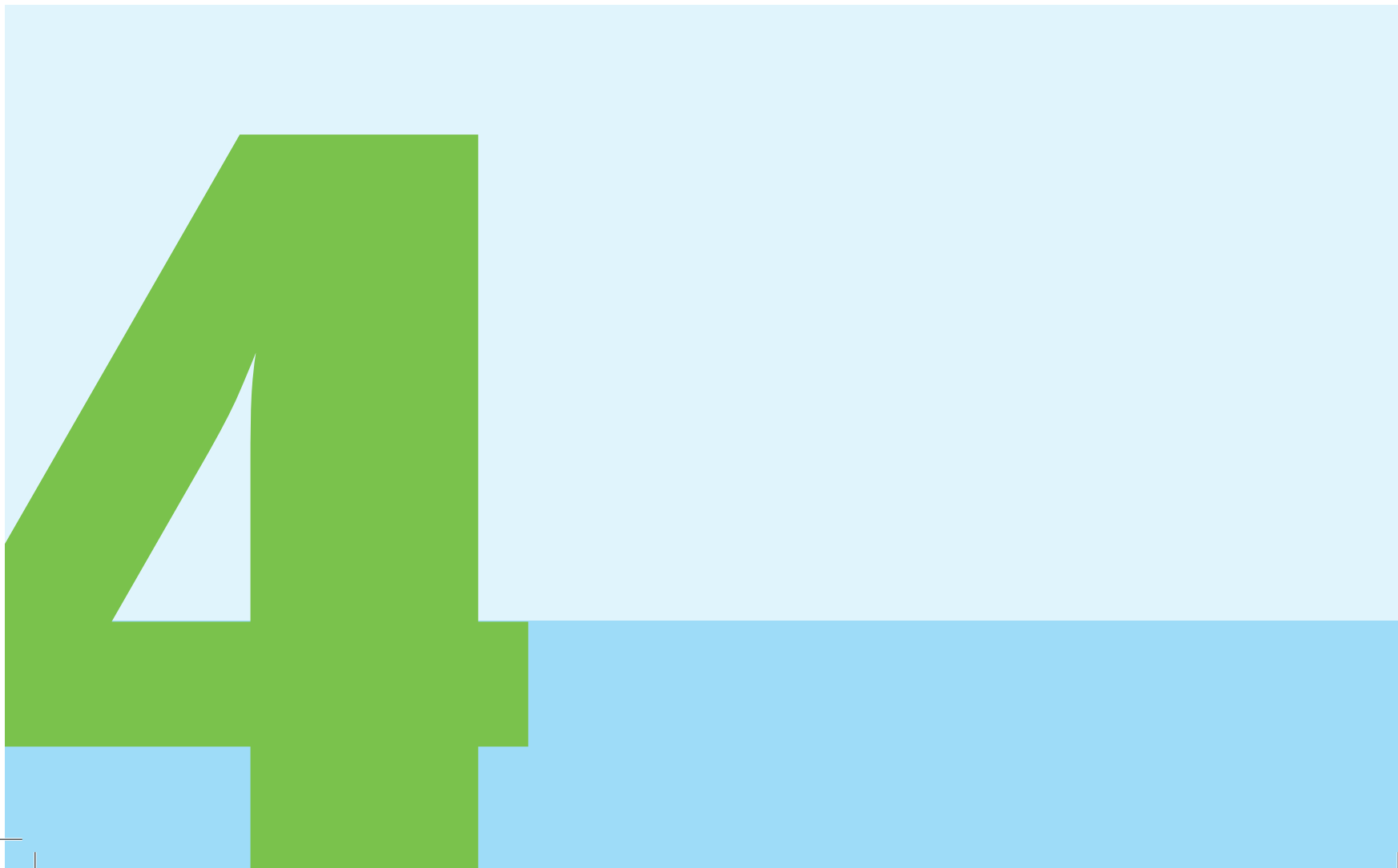


Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



CONSIDERAÇÕES FINAIS



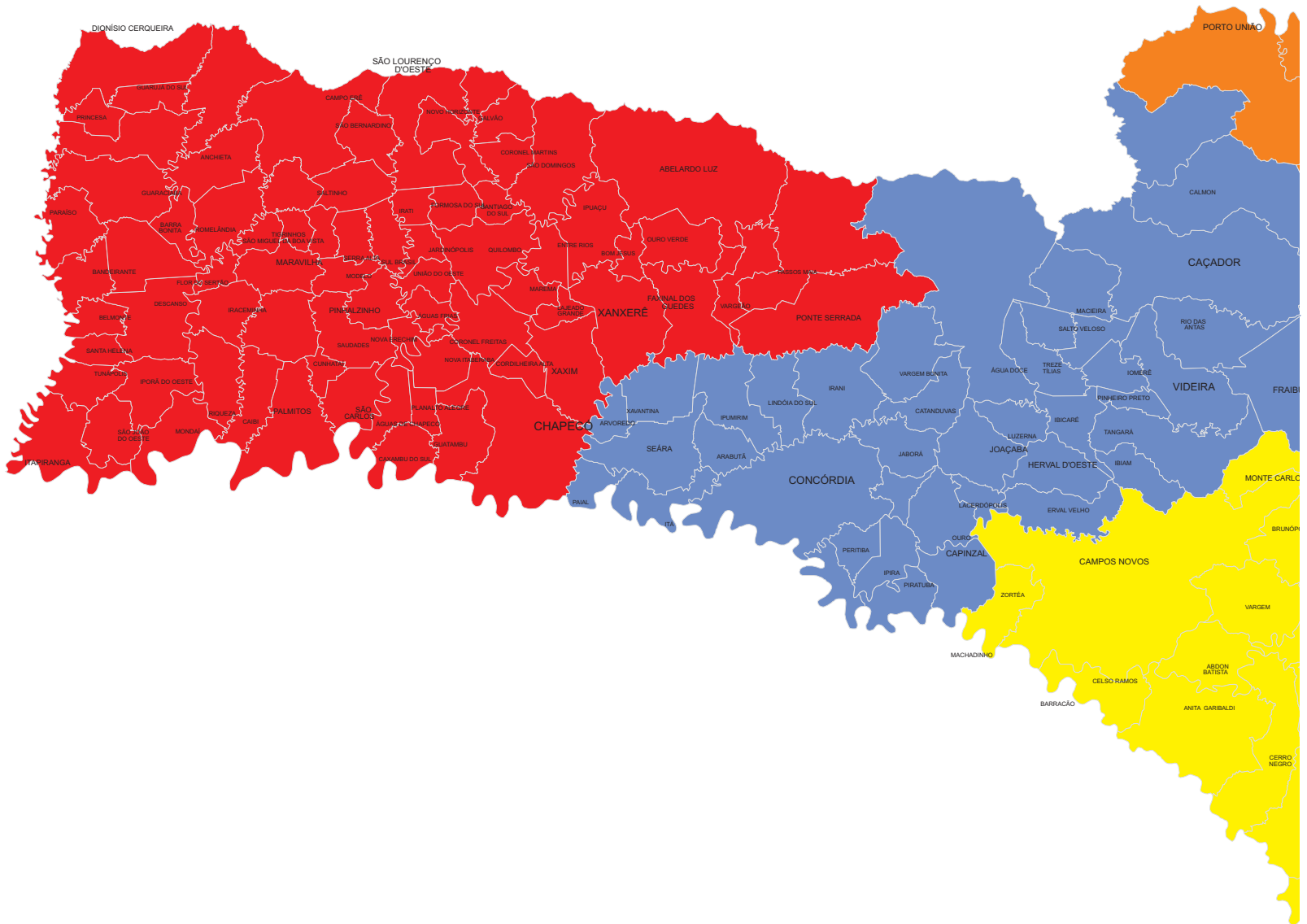


4. Considerações Finais

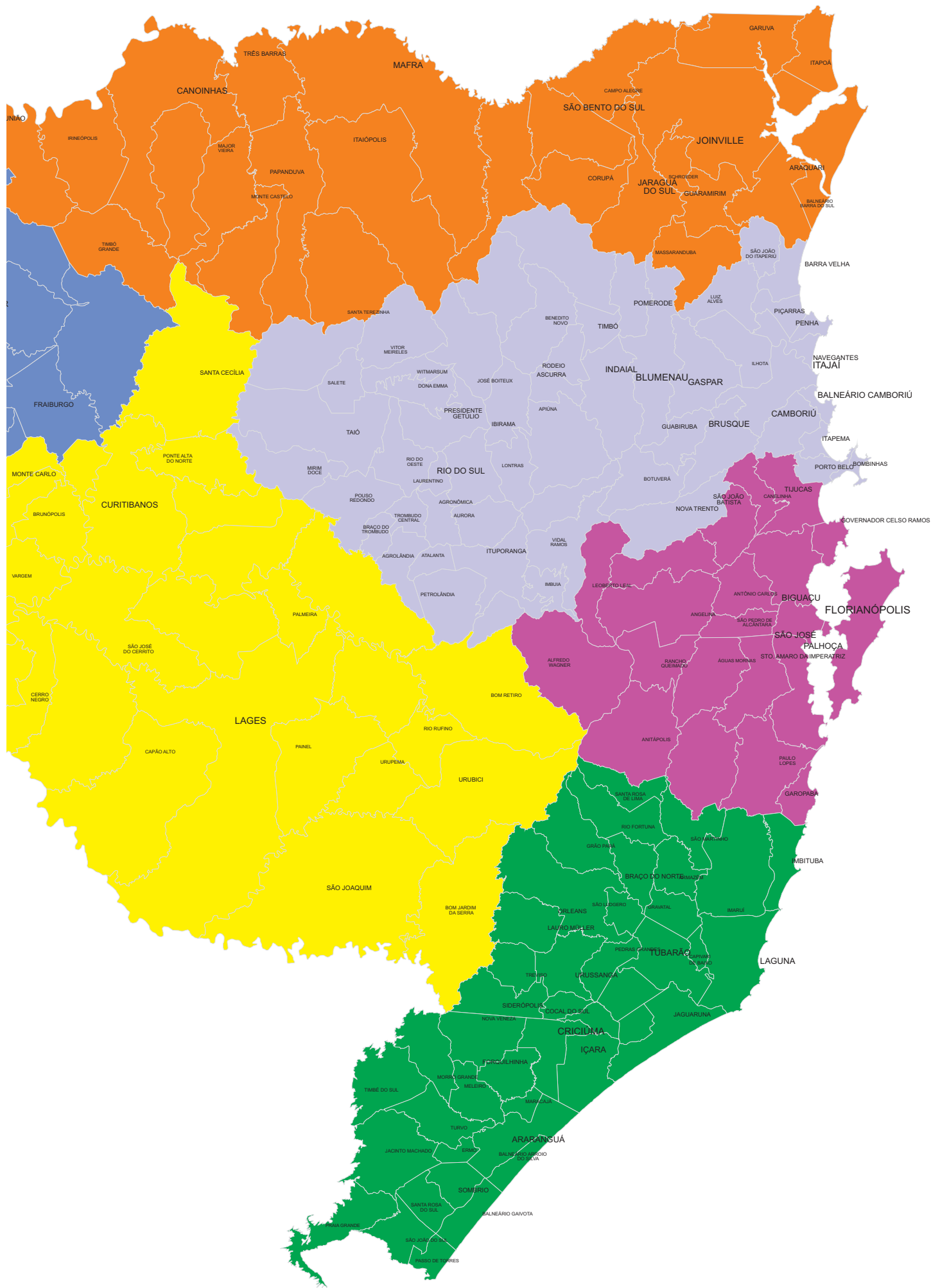
Desde que começaram efetivamente as fiscalizações nos sistemas operacionais das concessionárias, nosso trabalho teve como maior objetivo regular e fiscalizar os contratos das prestadoras, e isso foi possível através de publicações de resoluções normativas, análise de convênios e contratos de programas, ações de ouvidoria, metodologia de revisão tarifária, entre outros. Além de tudo, tivemos sempre a premissa de orientar e transmitir para os usuários, regulados e sociedade em geral, a importância do órgão regulador.

As visitas às áreas dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de aterros sanitários, foram constantes também durante o ano de 2015.

A experiência que a Agência vem acumulando em seus serviços de fiscalização e regulação, principalmente após a fusão entre a Agesc e Agesan para a criação da Aresc, lhe dá mais respaldo para enfrentar novos desafios que se aproximam. Sendo assim, continuaremos nossa jornada, mantendo a missão de fiscalizar os serviços públicos com o compromisso aliado à transparência, equidade e, acima de tudo, qualidade nos trabalhos executados.



SANTA CATARINA



IMPRESSÃO (DIOESC)

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO

Valdir Siqueira • MTb: 31.804



COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 | Saco dos Limões
CEP 88045-250 | Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-6200

O.P. 8924 - ADP-02905



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**



Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina

ADESC | Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina
Rua Anita Garibaldi, 79 - Centro Executivo Miguel Daux - 11º andar
CEP: 88010-500 | Centro | Florianópolis/SC
Fone: 0800 643 2611 / (48) 3665 4350
aresc@aresc.sc.gov.br | www.aresc.sc.gov.br